

Algumas notas sobre os SIDS (Small Island Developing States)

António Manuel Martins de Almeida

Abstract: Os estados insulares agrupados sob o acrónimo SIDS apresentam uma série de handicaps ao desenvolvimento que têm merecido atenção na literatura científica. Numa fase inicial as desvantagens associadas à periferia e ao subdesenvolvimento mereceram a atenção dos académicos e a solidariedade dosadores, em especial no contexto da Guerra Fria. Os estados insulares e regiões autónomas não independentes beneficiaram de uma capital de simpatia, fator de sustentação de uma administração pública em expansão e com capacidade para absorver as entradas no mercado de trabalho. Os anos 90 e o fim da Guerra Fria constituíram um período complicado para muitos estados insulares, com a redução substancial da ajuda externa e fim da “proteção” relativamente às vicissitudes dos mercados. A importância geo-estratégica das ilhas foi sendo recuperada nos anos mais recentes, conforme se constata no Pacífico, o que não sucedeu com a perceção relativamente aos problemas insulares, cada vez mais negativa, no explorar das incoerências entre a narrativa projetada para o exterior e a perceção sobre a eficácia da ajuda externa. Neste documento, produzido com intuítos pedagógicos, exploramos a evolução da perceção relativamente às ilhas, inicialmente imbuída de uma noção romântica e simbólica sobre as mesmas, até ao contexto atual caracterizado por um elevado grau de descrença relativamente à qualidade da decisão e da governance ao nível insular.

ISBN: 978-989-8805-95-9

DOI: 10.34640/universidademadeira2023almeida

1. Introdução: algumas notas sumárias sobre as RUPs

A temática insular, do ponto de vista da Região Autónoma da Madeira (RAM) e da Região Autónoma dos Açores (RAA), surge associada á discussão das especificidades e papel das RUPs, enquanto legítimas beneficiárias de ajudas financeiras substanciais por parte da União Europeia. Um relatório¹ caracteriza as Regiões Ultraperiféricas (RUP) como possuindo a “maioria das características das pequenas economias insulares: mercado interno de pequena dimensão, forte tendência para a existência de estruturas monopolísticas na produção e no comércio, recursos naturais nacionais escassos, bem como falta de mão-de-obra, produção interna reduzida e pouca diversificação, incapacidade para influenciar os preços internacionais, pequena base de exportações e elevado rácio de importações em relação ao PIB, alto nível de abertura estrutural ao comércio, custos de transporte e de comunicação mais elevados das ilhas e de zonas do interior, etc” (Ismeri, 2011,2). O relatório em questão reconhece que as características inventariadas nas linhas anteriores afetam o desempenho económico das economias em causa, “totalmente em linha com a teoria de crescimento endógeno que identifica os principais vetores tais como os investimentos privados, capital humano, especialização dos sectores e vantagem competitiva, abertura ao comércio, como condições imprescindíveis do crescimento” (Ismeri, 2011,2).

Os défices específicos das RUP em termos dos fatores de crescimento económico, e as razões subjacentes ao caudal de financiamento, estão descritos (e reconhecidos) nos Tratados e legislação comunitária, nomeadamente no que se refere à “situação social e económica estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, fatores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento” (artº 299, do Tratado que institui a Comunidade Europeia (versão compilada Amsterdam))¹, do que resulta (ainda de acordo com o texto do artº 299) a intenção do Conselho, “deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu”, de adotar as “medidas específicas

¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A11997E299>

destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação do presente Tratado a essas regiões, incluindo as políticas comuns”.

As RUPs partilham uma série de características e condicionantes em comum com às “pequenas economias insulares”, definidas neste artigo, tendo em conta a terminologia inglesa, como SIDS (Small Island Developing States). OS SIDS distinguem-se de territórios não independentes, agrupados na literatura sob a sigla “sub-national island jurisdictions (SNIJs)”. De acordo com a ONU², os SIDS que se localizam-se nas Caraíbas, Pacífico, Atlântico e no Índico, foram reconhecidos como casos especiais de desenvolvimento na Conferência de 1992, intitulada “United Nations Conference on Environment and Development”, que se realizou no Rio de Janeiro. Os SIDS agregam 65 milhões de habitantes, mas um rol sem fim de desafios, na esfera económica, social e ambiental. A localização remota, os custos de exportação e importação elevados, o desequilíbrio da balança de pagamentos, e a dependência das importações devido à base de recursos naturais muito limitada, constituem os desafios mais relevantes.

A extensão da Zona Económica Exclusiva (ZEE), é, em média, 28 vezes superior à área terrestre³, o que indicia a origem da maioria dos recursos chave destes territórios, mas também em muitos casos, a incapacidade para os explorar. De facto, os SIDS caracterizam-se por um grau de vulnerabilidade e exposição a risco elevado, que deriva de fatores como a reduzida dimensão da população e a localização em geografias problemáticas do ponto de vista das catástrofes naturais. A sobrependência de dois ou três setores chave (turismo, administração pública financiada pela ajuda externa, e a exploração (muito frequentemente por terceiros) de recursos naturais) coloca as economias locais em sincronização com as crises e ciclos recessivos da economia mundial.

O Quadro abaixo relativo ao PIB regional (PPC por habitante em percentagem do EU27, NUTS2), das RUPs e outras regiões insulares europeias (Estados independentes como Chipre ou Malta e NUTS2) parece dar razão à abordagem tradicional (que sustenta uma abordagem baseada nas transferências financeiras) que se insere de seguida, dado que a maioria das regiões insulares registou retrocessos em termos do PIB per capita, entre 2011 e 2019. Mais, a crise COVID que incidiu em especial no ano de 2020 parece ter afetado de forma muito significativa uma série de regiões insulares, em especial as mais dependentes da atividade turística, como as regiões gregas, as Canárias e a RAM.

² Ver mais detalhes em <https://www.un.org/ohrlls/content/about-small-island-developing-states>

³ <https://www.un.org/ohrlls/content/about-small-island-developing-states>

Considerando a evolução registada no período (2011-2019), negativa em 15 das 19 regiões em estudo, e com perdas muito substanciais em resultado do COVID, não se pode deixar de concordar (ou pelo menos reconhecer) com a narrativa dominante, do impacto (negativo) da insularidade na vulnerabilidade dos territórios. A seção seguinte descreve a narrativa tradicional.

Quadro 1: Evolução do PIB regional, PPC, EU27, 2011-2022

Regiões	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	19/20	19/11	Cagr*
Voreio Aigaio	59	56	57	57	54	51	48	45	43	39	40	41	-9%	0,73	-3,3%
Notio Aigaio	80	76	80	81	78	73	71	71	71	57	62	67	-20%	0,89	-1,6%
Kriti	62	58	60	62	60	57	57	56	56	49	52	56	-13%	0,90	-0,9%
Ionia Nisia	67	64	65	67	64	62	61	61	61	50	54	57	-18%	0,91	-1,5%
Illes Balears	98	97	96	97	98	100	101	99	97	78	83	90	-20%	0,99	-0,8%
Canarias	80	77	76	76	75	75	76	74	73	62	64	68	-15%	0,91	-1,5%
Corse	87	86	87	85	85	83	82	82	82	80	81	76	-2%	0,94	-1,2%
Guadeloupe	74	74	75	75	75	75	67	67	69	69	66	66	0%	0,93	-1,0%
Martinique	72	72	73	74	74	73	72	72	72	73	70	70	1%	1,00	-0,3%
Guyane	51	53	53	52	49	48	46	46	46	46	43	40	0%	0,90	-2,2%
La Réunion	66	66	67	67	67	67	66	65	66	67	65	64	2%	1,00	-0,3%
Mayotte	25	25	26	27	28	28	29	27	29	30	30	30	3%	1,16	1,7%
Sicilia	67	67	65	61	61	61	61	59	59	58	59	59	-2%	0,88	-1,1%
Sardegna	77	77	74	72	73	72	71	70	70	68	70	71	-3%	0,91	-0,7%
Kýpros	97	91	84	81	83	88	90	91	93	91	94	94	-2%	0,96	-0,3%
Malta	84	86	89	92	98	98	102	102	104	99	103	104	-5%	1,24	2,0%
RAA	70	68	70	70	69	70	68	69	70	67	68	71	-4%	1,00	0,1%
RAM	78	73	75	75	75	76	76	76	76	69	71	79	-9%	0,97	0,1%
Åland	138	145	144	141	138	132	129	115	115	106	110	113	-8%	0,83	-1,8%

Fonte: Cálculos próprios com base no EUROSTAT, *cagr-taxa de crescimento composta anual relativa ao período de 2011 a 2019

2-Narrativas alternativas sobre os SIDS

2.1-Narrativas tradicionais: handicaps e capital de simpatia

A perceção nas RUPs e dos SIDS continua fortemente alicerçada numa visão negativa/justificativa do atraso nos níveis de desenvolvimento, e na incapacidade para os superar. Fatores como o mercado potencial reduzido, a localização periférica face aos mercados internacionais, a vulnerabilidade aos choques externos e a fragilidade dos ecossistemas num contexto de impacto crescente das alterações climáticas coloca problemas sérios, praticamente ingeríveis no curto prazo. No entanto a realidade insular caracteriza-se ainda por outros desafios como a falta de capacidade institucional, recursos financeiros.

Conforme referido no site do “Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States”, as alterações climáticas têm vindo a ter um impacto tangível no contexto da ultraperiferia: os furacões Harvey, Irma, Maria, e Nate transformaram a época dos ciclones tropicais na mais mortal e devastadora de sempre, destruindo sistemas de comunicações, energia, e transporte de informação, habitações, hospitais e centros de saúde e escola”. Enquanto os “slow onset events”, tais como a subida do nível do mar, coloca as comunidades insulares debaixo de uma ameaça existencial a prazo, mas num horizonte de décadas, obrigando a pensar de forma estratégica e a longo prazo sobre “soluções” como a transferência de populações para outras geografias, os eventos cíclicos e frequentes como tufões e ciclones, obrigam à reconstrução periódica e frequente de comunidades, com prejuízos colossais.

A questão das alterações climáticas salienta outra questão-chave, de acordo com o site acima. A biodiversidade, fator essencial na dinâmica económica (e nas economias familiares) em muitos dos SIDS, condiciona decisivamente os setores do turismo, pescas, setores que podem explicar até 50% do PIB (United Nations 2024). Os setores em causa oferecem uma dimensão que ultrapassa a esfera económica, dado o seu papel “estético, espiritual e identitário” ao nível comunitário e regional. Os recursos em causa providenciam água potável, produtos alimentares, controlo (natural) da erosão dos solos e das praias, e mitigação dos impactos das tempestades. De acordo com o site, a biodiversidade constitui um fator gerador de receitas também pela via de mitigação dos impactos das alterações climáticas, ao diminuir o grau de severidade dos prejuízos e danos decorrentes das catástrofes naturais cada vez mais destrutivas.

A nível regional (RAM) o relatório Ismeri Europa (2011b, 136) refere acerca do papel da agricultura: (1) a existência de baixos níveis de mecanização, associados ao relevo montanhoso desafiante, do que resultam baixos níveis de produtividade associados às parcelas de baixa dimensão, e um papel marginal em termos de VAB e PIB, e custos elevados de construção de infraestruturas; (2) o papel de recurso chave no “fabrico social” das comunidades rurais, na dimensão cultural e na sustentação das paisagens, ao criar um elemento estético único e diferenciados, fortemente valorizado como atributo turístico. É ainda referido que as vinhas e a indústria vinícola mantêm alguma importância económica, mas sobretudo justificam a exploração do território, num contexto em que dois terços dos turistas ficam alojados no Funchal.

A literatura na problemática das regiões insulares salienta a vertente da excecionalidade, e associa o carácter insular à vulnerabilidade, mas também à resiliência reativa (Lewis, 1999, 2009; Carlsen, 2015; Bassett et al, 2016), com base nas características identificadas acima, a saber, a dimensão (geográfica) reduzida, a presença de espécies endémicas e a fragilidade dos ecossistemas e a vulnerabilidade crescente às catástrofes naturais. A excecionalidade também se traduz em recursos como papel das regiões insulares como laboratórios de testes, (Greenhough, 2006; Baldacchino, 2018), para o desenvolvimento de soluções, e testes das mesmas, nas mais diversas áreas, entendimento partilhado pela Comissão Europeia (European Commission, 2004).

Contudo o fator excecionalidade é explorado sobretudo na vertente “subdesenvolvimento” que surge associado (de forma descuidada, de acordo com Grydehøj e Kelmanc (2020)) aos conceitos de vulnerabilidade e falta de sustentabilidade (no caso da ausência de apoios financeiros). Grydehøj e Kelmanc (2020) referem que a abordagem e discurso tradicional assume uma carácter auto-reprodutivo e tautológico, dado que por definição os SIDS surgem associados à categoria “subdesenvolvimento”, não importa qual o valor dos números e o posicionamento relativo em termos de indicadores de desenvolvimento (Petridis et al, 2017; Malatesta and di Friedberg, 2017; Pugh, 2018).

Malgrado as críticas à análise superficial do impacto da insularidade, as características acima, sistematizadas num inventário de desvantagens, continuam a modular o discurso relativo aos SIDS. De facto, muitos SIDS especializaram-se no desenvolvimento de propostas competitivas em respostas às “calls” por parte dos países financiadores/dadores interessados em financiar projetos de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, para utilizar uma linguagem académica relativa aos projetos de financiamento. Diversos estudos explicam os fatores geoestratégicos que explicam a propensão e sucesso dos SIDS na atração de ODA (Bertram and Watters, 1986; Poirine, 1998; Bertram, 2006, 1999; Baldacchino, 2006; Overton and Murray, 2014; Grydehøj, 2018). A capacidade de corresponder às “expectativas” dos países dadores é um dado a ter em conta.

O discurso negativo/justificativo associado aos desafios e restrições enumerados até agora, permitiu desenvolver um capital de simpatia, traduzido em níveis elevados de ajuda financeira. Durante décadas, a imagem associada às regiões insulares foi basicamente positiva. Deloughrey (2003, 298) refere que “islands functioned ideologically in various historical eras as a new Eden, a socio-political utopia, a refreshment stop for long maritime journeys, and the contained space where shipwrecked

men may reconstitute their metropolitan homes”. O autor declara ainda “islands for many people, remain an opportunity to escape from the mainstream to an environment that is perceived to be different – physical removal from the normal parameters of work routines, a slower pace of life and different social and cultural characteristics are commonly cited as the virtues of island living” (Deloughrey, 2003, 300). A imagem associada às ilhas remete-nos para um imaginário de “periferia e localização remota”, diferença cultural e identitária, ritmo de vida pausado (tão do agrado de residentes nas metrópoles urbanas nos países desenvolvidos), ecossistemas exóticos e únicos, meio ambiente natural imaculado, etc, (Kokkranikal et al, 2003, 426; Butler, 1997).

Baum (1997: pg. 21) associa as ilhas a espaços de escape, recobro e “fuga”: “romantic notion of being cut off and isolated by storms or similar natural challenges”. Butler (1997, 59) associa o desenvolvimento turístico à “imagem ilusória ou à ilusão de escapismo, exclusividade ou aventura”. Pitt (1980, 1051) associa as ilhas do Pacífico Sul, do século XIX, a “symbol of an escape back to nature from the monotonous landscapes of the Industrial revolution. Islands were also symbols, sometimes erotic, always permissive, of a way of life in direct contrast to the repressive social norms of the Victorian Age”. A noção de paraíso rondava a conotação e o imaginário coletivo associado a caracterização das ilhas. Uma análise mais recente sobre o simbolismo das ilhas, mas num tom mais depressivo, é ainda mais pungente e esclarecedor sobre a capacidade das ilhas para projetarem imagens e narrativas para exterior e de atraírem emoções (sobretudo) positivas ou negativas. Para evitar perdas de significado associadas à tradução, cita-se do original (Grydehøj e Kelman, 2017, 106):

“‘Islands invite symbolism: they are uniquely ‘subject to dream and nightmare’ (Gillis 2007, 274) and attractive as ‘detached, self-contained entities’ with clear boundaries (King 1993, 14). This boundedness contributes to islands’ conceptualisation and iconicity, to their compelling ‘lure’ (Baldacchino 2012a) as places of calm, refuge and splendid isolation. Although many islanders resist having their (often troubled) communities labelled as paradises, many other islanders internalize the stereotype (Baldacchino 2008). The dream of the island paradise is accompanied by the nightmare of alleged island vulnerability (Philpot et al. 2015). As Baldacchino states: Islanders are often portrayed in the metropolitan press as victims of tragic circumstances beyond their control, fitting easily into stereotypes of dehistoricized vulnerability and ‘paradise in peril’. (2008, 46)

Challenges include economic disadvantages, corruption and bad governance, military or tourist invasion, and exploitation by large corporations. Islands, like many other locations, experience

these risks, but just as the boundedness of small islands makes their beauty more graspable, it also sets their disasters in relief, transforming islands into symbolic carriers for mainland fears”

Um fator que muito contribuiu para a imagem das ilhas reside na importância do setor do turismo. Butler (2000) refere que a relação entre a indústria turística e as regiões marítimas e insulares é única, dado surgir envolta numa mística de imagens de paraíso, o que é especialmente verdade no caso dos mares do Sul, associada ao acolhimento e hospitalidade dos locais, à oportunidade de escape, fator tão importante no contexto da indústria turística e à localização remota. A solidão, à distintividade cultural e identitária associada à relativa raridade e exclusividade destes espaços, e por último uma noção de mitologia e nostalgia (ou ignorância) são também relevantes.

Contudo, o contraste entre o imaginário construído e apropriado pela indústria turística, assente na ideia de paraíso “risk-free and stress-free”, e as condições de vida *in loco* podem contrastar de forma brutal. A indústria dos cruzeiros foi obrigada a recrear de forma artificial ambientes “conceptuais” nas Caraíbas, para evitar o choque visual, espontâneo e experimental com a realidade (Wood, 2000, 362). Para lá da noção de paraíso, a maioria das análises empírico-teóricas tende a salientar em simultâneo a problemática geográfico-económica e a crescente vulnerabilidade, o que releva a capacidade única dos decisores e figuras chave da cultura de combinarem um mix de paraíso e de inferno.

O capital de simpatia a caracterizar o século XX, é ilustrado pelo acrónimo MIRAB (Tisdell, 2014), que traduz um modelo de desenvolvimento constatado no Pacífico, em meados dos anos 80, e que dominou as análises relativamente ao tópico “economias insulares”. O acrónimo MIRAM, sintetiza a importância da emigração (MI (migration)), fator de regulação do excesso de densidade populacional e da elevada taxa de pobreza, das remessas dos emigrantes (R (remittance)), decisivo na sustentação de padrões de consumo mínimos, da ajuda financeira externa (A (foreign aid)), e do desenvolvimento do setor público (B (Bureaucracy)), fator decisivo na criação de emprego e na regulação da taxa de desemprego entre os segmentos da população com maiores níveis de qualificação académica, na falta de alternativas ao nível do setor privado.

Em suma a narrativa tradicional destaca as vulnerabilidades e a necessidade continuada de apoios financeiros. Veja-se a propósito a Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 11/2003/M, com o título “As regiões ultraperiféricas no futuro da Europa O

Tratado de Amesterdão, no n.º 2 do artigo 299.º, consagra uma base jurídica sólida para as regiões ultraperiféricas e para a sua integração plena na União Europeia”, que refere:

“O reconhecimento do conceito de ultraperiféricidade e a necessidade de adaptar as políticas comunitárias às suas especificidades foi uma conquista decisiva das sete regiões ultraperiféricas (RUP) no Tratado de Amesterdão. Apesar disso não foi possível, até ao momento, dar cumprimento integral ao estipulado no Tratado.

A Convenção sobre o Futuro da Europa, em curso, que deverá reformar as instituições da União, em face do alargamento, e dar lugar a um novo Tratado Constitucional, não pode deixar de consagrar juridicamente o estatuto das regiões ultraperiféricas. O efeito do alargamento a 10 novos Estados vai tornar ainda mais periféricas as regiões ultraperiféricas. Estas regiões encontram-se numa situação única e complexa, num contexto marcado pela insularidade, afastadas do continente europeu, com uma densidade demográfica elevada e com condicionamentos estruturais permanentes que dificultam o seu desenvolvimento.

Apesar dos instrumentos financeiros, das políticas e das ajudas específicas dos últimos anos, estas regiões continuam a debater-se com problemas sócio-económicos, pese embora o crescimento positivo do PIB verificado nas Canárias e na Madeira.

Este facto conjugado com o efeito estatístico de crescimento do PIB por via do alargamento põe a Região Autónoma da Madeira e a Comunidade Autónoma das Ilhas Canárias fora das regiões de objectivo 1 por ultrapassarem os 75% do PIB médio comunitário. Nesta fase e atendendo aos regulamentos da coesão económica e social, estas regiões teriam a partir de 2007 uma redução gradual, mas significativa, dos fundos estruturais a exemplo do verificado com outras regiões europeias. Este convencional regime de *plasing out* poderá pôr em causa o processo de crescimento e desenvolvimento económico e social destas regiões, pois não estão em igualdade de circunstâncias com outras regiões europeias com PIB idênticos.

Sabendo-se que o crescimento económico assentou sobretudo nos investimentos públicos, suportados pelos fundos estruturais, uma redução dos apoios europeus poderia conduzir a uma regressão no crescimento do PIB.

A própria Comissão Europeia reconheceu no seu relatório de 2000 «sobre as medidas destinadas a dar cumprimento ao n.º 2 do artigo 299.º», a necessidade de um tratamento especial para a ultraperiferia, pois «a concepção subjacente reside no reconhecimento pleno, na sua dimensão estrutural e permanente, das especificidades e das dificuldades específicas destas regiões na sua qualidade de regiões ultraperiféricas, especificidades distintas, por conseguinte, das outras regiões insulares menos afastadas e também das outras regiões visadas pelo 'objectivo 1', a fim de as ter em conta, mediante uma abordagem horizontal, em todas as acções comunitárias.»

Em simultâneo os espaços insulares são vendidos como espaços mágicos de lazer, aventura, de acolhimento e hospitalidade em contacto com a natureza, e na terceira idade, de espaços de residência em cenários paradisíacos.

2.2-Narrativas modernas: normalização da insularidade

A compreensão do contexto económico das ilhas demanda novas narrativas, mais holísticas, e que tenham em conta o contexto histórico, cultural e ambiental específico, tendo em conta os dados estatísticos disponíveis. O Quadro abaixo aponta para contextos muitos diversos, em termos de Índice de Desenvolvimento Humano. Ressalta o facto de nenhum SIDS estar afeto à categoria de “Baixo Desenvolvimento Humano”. Mais, os dados sugerem que os SIDS apresentam indicadores em média com os dados para os países classificados como “High Human Development”. O diferencial face aos “Least Developed Countries” é demasiado conspícuo para não deixar de considerar a narrativa miserabilista do desenvolvimento insular como problemática.

Quadro 2a: Índice de Desenvolvimento Humano

		Human Development Index (HDI)	SDG3 Life expectancy at birth	SDG4.3 Expected years of schooling	SDG4.4 Mean years of schooling	SDG8.5 (GNI) per capita	GNIPC-HDI rank	HDI rank
HDI rank	Country	Value	(years)	Ano	Ano	(2017 PPC \$)	2022	2021
Very High Human Development								
3	Iceland	0,959	82,8	19,1	13,8	54 688	16	4
9	Singapore	0,949	84,1	16,9	11,9	88 761	-6	10
25	Malta	0,915	83,7	15,9	12,2	44 464	5	25
29	Cyprus	0,907	81,9	16,2	12,4	40 137	7	29
42	Portugal	0,874	82,2	16,8	9,6	35 315	0	39
51	Saint Kitts and Nevis	0,838	72,0	18,4	10,8	28 442	3	51
54	Antigua and Barbuda	0,826	79,2	15,5	10,5	18 784	18	54
57	Bahamas	0,820	74,4	11,9	12,7	32 535	-9	67
60	Trinidad and Tobago	0,814	74,7	14,1	11,7	22 473	3	60
62	Barbados	0,809	77,7	16,5	9,9	14 810	24	63
67	Seychelles	0,802	71,7	13,9	11,2	28 386	-12	71
High Human Development								
71	Palau	0,797	65,4	17,2	13,0	19 344	-2	64
72	Mauritius	0,796	74,0	14,6	10,0	23 252	-12	72
73	Grenada	0,793	75,3	16,6	9,9	13 593	18	73
81	Saint Vincent and the Gren.	0,772	69,0	16,3	11,0	14 049	9	80
87	Maldives	0,762	80,8	12,2	7,8	18 847	-16	88
97	Dominica	0,740	73,0	13,6	9,2	12 468	-1	97
98	Tonga	0,739	71,3	16,3	10,9	6 360	34	95
102	Marshall Islands	0,731	65,1	16,4	12,8	6 855	28	101
104	Fiji	0,729	68,3	13,8	10,4	11 234	0	110
108	Saint Lucia	0,725	71,3	12,7	8,6	14 778	-21	109
115	Jamaica	0,706	70,6	12,5	9,2	9 695	-2	114
116	Samoa	0,702	72,6	12,4	11,4	4 970	25	112
Medium human development								
122	Nauru	0,696	64,0	12,6	9,2	14 939	-38	117
131	Cabo Verde	0,661	74,7	11,5	6,1	7 601	-4	132
132	Tuvalu	0,653	64,9	12,1	10,6	4 754	15	131
135	Micronesia	0,634	70,9	12,6	7,3	3 709	18	134
137	Kiribati	0,628	67,7	11,8	9,1	3 440	21	137
140	Vanuatu	0,614	70,5	11,8	7,2	3 244	21	141
141	Sao Tome and Principe	0,613	68,8	12,7	5,9	4 054	8	143
152	Comoros	0,586	63,7	13,0	6,2	3 261	8	151
155	Timor-Leste	0,566	69,1	13,2	6,0	1 629	24	153
156	Solomon Islands	0,562	70,7	10,3	5,9	2 273	14	155

Constata-se ainda que um exercício de comparação com outras regiões do planeta não surge como desfavorável. De forma genérica os SIDS apresentam indicadores ao nível da média do High Human Development. Confirmam ainda as conclusões de alguns estudos que sugerem que a insularidade, de per si, não pode ser considerada como um fator de diferenciação (e justificação dos elevados montantes de ajuda financeira) face a outros territórios de reduzida dimensão (Easterly e Kraay, 2000; Bates e Angeon, 2015).

Quadro 2b: Índice de Desenvolvimento Humano (SIDS vs outras regiões)

	(HDI)	SDG3 Life expectancy at birth	SDG4.3 Expected years of schooling	SDG4.4 Mean years of schooling	SDG8.5 (GNI) per capita
Country	Value	(years)	Ano	Ano	(2017 PPC \$)
	2022	2022	2022	2022	2022
Very high human development	0,902	79,3	16,6	12,3	44 958
High human development	0,764	75,2	14,5	8,6	15 484
Medium human development	0,640	68,0	12,3	6,7	6 444
Low human development	0,517	61,6	9,3	4,7	3 186
Developing countries	0,694	70,5	12,5	7,6	11 125
Regions					
Arab States	0,704	71,3	11,9	7,8	14 391
East Asia and the Pacific	0,766	76,2	14,5	8,2	16 138
Europe and Central Asia	0,802	73,6	15,5	10,6	19 763
Latin America and the Caribbean	0,763	73,7	14,8	9,0	15 109
South Asia	0,641	68,4	11,9	6,6	6 972
Sub-Saharan Africa	0,549	60,6	10,3	6,0	3 666
Least developed countries	0,542	64,9	10,1	5,0	3 006
Small island developing states	0,730	71,6	12,6	8,6	16 379
OECD	0,906	80,1	16,6	12,2	46 318
World	0,739	72,0	13,0	8,7	17 254

O capital de simpatia continua relevante e operacional. Embora ao nível da União Europeia as RUPs tendam a ser classificadas como “regiões normais”, em decorrência do foco recente nas questões de sustentabilidade e competitividade económica, em linha com os novos modelos de desenvolvimento, na prática os SIDS têm tido a capacidade de manter o controlo da narrativa, como se demonstra de seguida.

Grydehøj e Kelmanc (2020) referem que os SIDS recebem montantes de ajuda ao desenvolvimento desproporcionalmente elevados (ODA (Official Development Assistance)) relativamente a outros territórios e países. Melhor ainda, do ponto de vista dos SIDS, a relação entre o fator insularidade e o volume de assistência financeira internacional constitui um tópico convenientemente “underexamined” (Grydehøj e Kelmanc, 2020, 90), resultado do capital de simpatia e sucesso dos SIDS em formular e “gerir” a sua própria narrativa na arena internacional. Os autores concluem que os SIDS

beneficiam do que designam por “sustentabilidade conspícua”⁴⁵, para caracterizar a preferência dos doadores internacionais (e dos recipientes) por mecanismos políticos de definição de prioridades em termos de ajuda que (1) favorecem os SIDS (2), via aposta em projetos de desenvolvimento “conspícuos”, assentes numa lógica de curto prazo, focados em áreas “in” (ex. alterações climáticas) independentemente dos resultados dos mesmos, em vez de uma aposta em projetos com capacidade para reforçar o potencial endógeno de longo prazo, com benefícios mais sustentados e alargados para as populações locais. Grydehøj e Kelman (2017) oferecem mais elementos de caracterização. Os projetos em causa apostam nas energias renováveis e na sustentabilidade, valorizando os aspetos icónicos e de branding de projetos ineficientes, com retornos marginais decrescentes, e originando o que designam por eco-armadilhas, caracterizadas pela associação das ilhas a um estatuto de “aluno modelo” na área ambiental, que os obriga a continuarem na senda do “combate” às alterações climáticas, malgrado a existência de prioridades mais evidentes

Sobre a “raridade” de estudos no contexto das economias insulares. Grydehøj e Kelmanc (2020) consideram que a literatura no tópico ao concentrar-se na categoria SIDS, categoria sustentada nos esforços da Nações Unidas para promover o desenvolvimento dos países do Sul Global, resulta em conclusões enviesadas e tendenciosas, dado que as amostra (altamente seletiva) subjacentes aos estudos em questão concentram-se num conjunto específico de países, por definição “num estágio de desenvolvimento económico intermédio”, e, portanto, “logicamente” necessitados de ajuda ao desenvolvimento (Baldacchino, 2018a; Petzold and Ratter, 2019). Dado a maior dos SIDS estar localizado em latitudes perto do equador, e, portanto, longe dos mercados da OCDE, tal implica (ou é etendeido), quase por definição, vulnerabilidade e subdesenvolvimento. Amostras que incluam territórios dependentes, ou que tenham em conta o efeito “localização próxima dos trópicos”, ou que atentem nos índices efetivos de desenvolvimento levam a conclusões diferentes.

Obviamente que interessa aos SIDS uma amostra “seletiva”, e uma associação “automática” à categoria de sub-desenvolvimento. Grydehøj e Kelmanc (2020)

⁴ Grydehøj e Kelman (2017, 106–107) definem ‘conspicuous sustainability’ como: “engagement in symbolic sustainability initiatives whether or not they contribute to sustainability processes [...] Initiatives undertaken in the name of sustainability and climate change mitigation that also seek to gain competitive advantage, strengthen sustainable tourism or ecotourism, claim undue credit, distract from failures of governance, or obviate the need for more comprehensive policy action”.

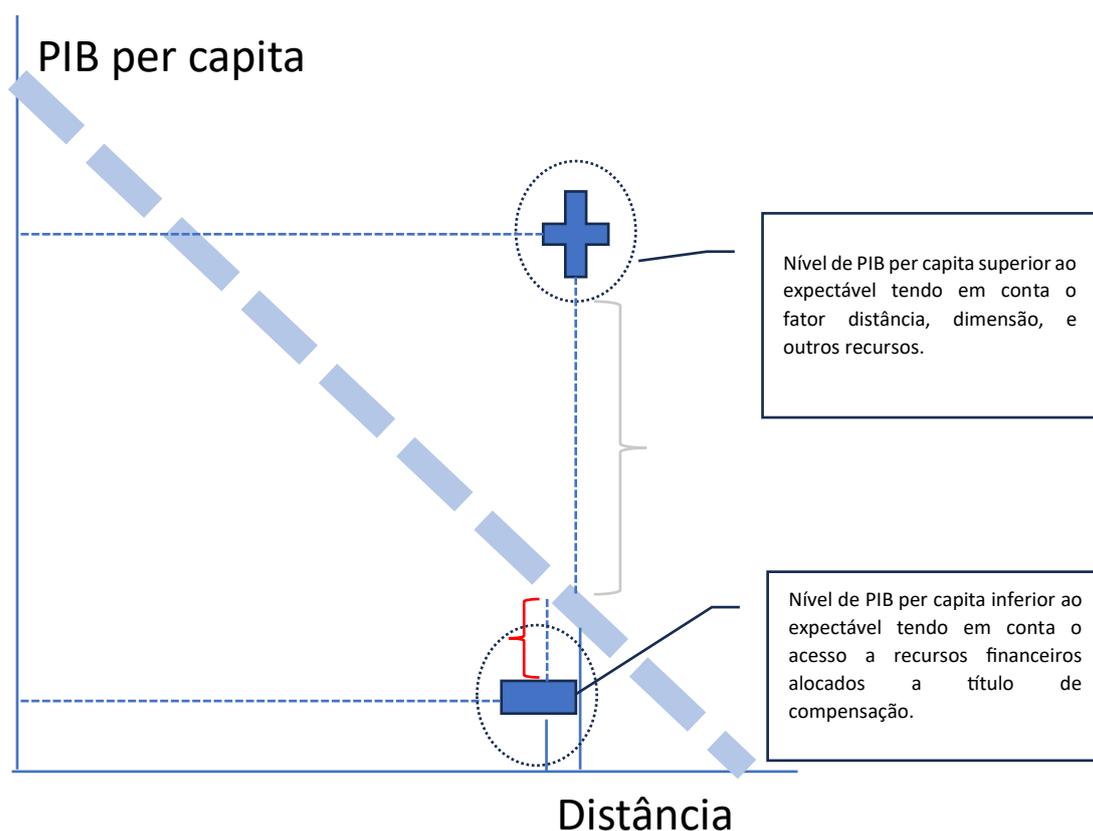
⁵ Baldacchino (2018a, 2020) salienta a necessidade de resultados rápidos e visíveis: “The optics of undertaking such measures on a small island state add to the fascination of securing quick and visible results.” Small island spatiality can make it easier to represent project success.

consideram que o termo SIDS oferece um mecanismo de promoção do poder diplomático na arena internacional capaz de conectar dadores e recipientes da ajuda. Nada que surpreenda. Hampton e Christensen (2002, 1663) referem que as ilhas têm tido enorme sucesso em “manipular ativamente a sua relação de dependência face aos países dadores, criando uma vantagem local”, através de um “oportunismo pragmático, consistente com o explorar das oportunidades existentes num registo similar ao experimentado historicamente pelos ilhéus e corsários dedicados à pirataria”. Baldacchino (1993), comparando os SIDS “vencedores” com os “vencidos”, conclui que os vencedores tiveram a capacidade de ultrapassar as desvantagens da falta de escala e dimensão através da gestão “interesseira” (melhor, profissional) das suas relações diplomáticas de dependência. Ao contrário do estipulado na teoria de dependência (Lea, 1988; Sharpley, 2003), Baldacchino conclui que os casos de sucesso estão associados à capacidade dos SIDS de manipular as potências globais e regionais, a seu favor, através da oferta ao melhor preço de recursos políticos e diplomáticos, no que define como “dependência gerida”. Portanto, não admira que as ilhas tenham adaptado o seu discurso, abordagem conceituais, políticas e metodologias “estatísticas” (Grydehøj e Kelman, 2017), à necessidade de salientar a vulnerabilidade e a necessidade de apoios financeiros (Baldacchino e Bertram, 2009). Grydehøj e Kelman (2017) destacam os esforços dos SIDS para relevar a vulnerabilidade ambiental relativa às alterações climáticas para atrair potenciais dadores, a expensas de problemas de desenvolvimento mais sérios, mas menos vendáveis na área internacional. Baldacchino (2018) refere mesmo que os benefícios económicos e políticos do acesso ao financiamento externo no contexto da categoria SIDS pode desincentivar algumas destas regiões a expandirem outros setores da economia, de forma a evitar perder o estatuto de vulnerável e o correspondente acesso a recursos financeiros.

Contudo o fator “penalidade insular” não constitui, pelo menos ao nível da academia, uma “vaca sagrada”. Ao nível comunitário, o acesso a fundos financeiros depende cada vez mais de evidencia empírica sustentada em dados e perspetivas de viabilidade financeira e económica, science-drive, o que subentende de certa forma o fim do regime de exceção, assentes no discurso das desvantagens inerentes à insularidade, que animou os pedidos de apoio financeiro nos anos 80 e 90. A abordagem comunitária relativa ao desenvolvimento regional tem vindo a evoluir ao sabor da prática, mas também da teoria, com ambas a sugerir que o fator periferia pode ser mitigado em larga medida.

A periferia é cada vez mais entendida como uma “questão a-espacial, a necessitar de uma reformulação fundamental dos conceitos, modelos, indicadores a abordagens em termos de política económica” (Copus, 2001, 539; Copus e Cabtree, 1996). Copus e Skuras (2006, 79) referem que a “periferia a-espacial é definida por um conjunto de processos que contribuem crescentemente para acentuar ou mitigar os handicaps historicamente associados à localização remota”. Reconhece-se que a distância física, e os custos de transporte constituem cada vez menos uma restrição á atividade económica, e a qualidade de vida das regiões periféricas (Armstrong, 2004). Neste contexto, a performance em termos de crescimento das regiões menos desenvolvidas, incluindo as regiões insulares, deve ser entendida no contexto do sucesso ou insucesso, “da utilização das TICs, redes de colaboração entre as empresas locais, instituições, e acesso as fontes globais de informação e mercados” (Copus e Skuras, 2006, 79). A gestão inteligente das características não geográficas, possibilita atingir níveis de PIB per capita e indicadores da qualidade de vida, acima (ou abaixo) do que seria expectável, tendo em conta a geografia, como a figura abaixo, inspirada em Copuss (2001) ilustra.

Figura 1: Geografia a-espacial



Uma questão-chave a ter em conta neste contexto refere-se à legitimidade (ou não) de apostar nas transferências financeiras (Ver Quadro 2). Consideramos neste contexto os territórios autónomos, mas não independentes. Caso se considerem duas variáveis chave, a saber, grau de ineficiência na gestão dos mercados (e das transferências financeiras) e a capacidade de autossustentabilidade (baseada em soluções de mercado), o pior cenário possível com que uma região insular de pode confrontar diz respeito à combinação fatal (?) de ineficiência com a falta de dimensão, cenário designado por insustentabilidade. Neste contexto, à falta de espaço (área), mercado potencial, capacidade empreendedora e espessura institucional, junta-se um elevado grau de ineficiência na gestão dos recursos disponíveis, em decorrência do elevado grau elevado de influência de grupos/lobbies não representativos, da estagnação política e na incapacidade para gerir processos complexos de mitigação dos efeitos adversos de processos de lock-in, do que resulta uma falta legitimidade política para negociar apoios financeiros extra, a degradação progressiva dos padrões de vida e muito provavelmente a ativação de mecanismo de seleção natural (elevadas taxas de falência). No contexto da União Europeia, a solidariedade intranacional é cada vez mais escassa.

As transferências financeiras e ajuda ao desenvolvimento concentrados nos setores in fazem parte da narrativa projetada no exterior pelos SIDS. Para além da capacidade de “atração de clientes”, a narrativa em causa permite ainda outras vantagens (Grydehøj e Kelman, 2017, 106). Numa tradução livre os autores referem que as apostas nos projetos “in” potenciam aos decisores a “apropriação de créditos alheios [na luta contra as alterações climáticas], uma distração [útil] de falhanços na área da governance e de medidas de política mais abrangentes e integradas”. Contudo o custo pode ser elevado: “sem contribuir de forma significativa e mensurável para o combate às alterações climáticas, o foco no estatuto de “eco-ilha” aumenta os custos sem corresponde aumento no nível de rendimento e distrai os stakeholders de interesse de questões mais prementes e de interesse em termos ambientais e sociais, ..., criando ainda oportunidades para as comunidades locais manterem práticas ambientalmente insustentáveis. ... Mais, a aposta resulta no que designam por eco-armadilhas, através da aposta em projetos ineficientes e inefetivos na área das energias renováveis, ..., de forma a manter a imagem e estatuto ilusório de eco-ilha, sendo obrigadas a aceitar novos projetos para servirem de exemplo e falhando a oportunidade de seguir um modelo de desenvolvimento contextualizado e adequado às necessidades reais das populações”. À boleia do estatuto de bom aluno, os

SIDS beneficiam da relativa ausência de críticas aos erros de política económica, e da relativa irrelevância das mesmas nos fóruns internacionais.

Quadro 3. Categorização das RUPs em termos do potencial de desenvolvimento

(+/-) grau de ineficiências de mercado (-)	Cenário de legitimidade	Cenário vencedor
	<p>(1)-Incapacidade para sustentar taxas de criação de emprego baseados apenas em soluções de mercado</p> <p>(2)-Decorrente de (1), legitimidade política para negociar apoios financeiros extras</p> <p>(3)-Eventual necessidade de apoios financeiros continuados ad eternum</p> <p>(4)-Ajuda entendida como uma compensação para a necessidade de igualizar as oportunidades de emprego e acesso a bens sociais e culturais</p>	<p>(1)-Afirmção de “soluções de mercado” competitivas baseadas em setores orientados para o exterior, nomeadamente no setor do turismo</p> <p>(2)-Risco de sobre-exploração dos recursos naturais</p> <p>(3)-Competição crescente por parte de terceiros, com produtos mais exóticos</p> <p>(4)-Decorrente (3), e das alterações climáticas em curso, risco de colapso dos setores exportadores</p>
(+/-) grau de ineficiências de mercado (-)	Insustentabilidade	Ineficiência
	<p>(1). Incapacidade para sustentar taxas de criação de emprego baseados apenas em soluções de mercado</p> <p>(2)-Decorrente de (1), falta legitimidade política para negociar apoios financeiros extra</p> <p>(3)-Estagnação política, incapacidade para gerir processos complexos de mitigação dos efeitos adversos de processos de lock-in</p> <p>(4)-Grau elevado de influencia de grupos/lobbies não representativos</p> <p>(5)-Degradação progressiva dos padrões de vida</p> <p>(6).Ativação de mecanismo de seleção natural (elevadas taxas de falência)</p>	<p>(1)-Estagnação política, incapacidade para gerir processos complexos de mitigação dos efeitos adversos de processos de lock-in</p> <p>(2)- Existência de recursos endógenos não explorados e não transformados em aventuras empresariais, com capacidade para incrementar o empreendedorismo, os níveis de emprego e o aumento do padrão de vida</p> <p>(3)-Grau elevado de influencia de grupos/lobbies não representativos</p> <p>(4).Ativação de mecanismo de seleção natural (elevadas taxas de falência)</p> <p>(5)-Capacidade para encetar uma dinâmica de desenvolvimento sustentada desde que exista um consenso político-social alargado nesse sentido</p>
	(-)auto-sustentabilidade(+)	

Num contexto em que os países dadores procuram “resultados” reputacionais visíveis, e eleitoralmente recompensados, não surpreende que o pragmatismo oportunista tenha canalizado as energias e talento dos países recetores para o desenho de projetos compatíveis com as “necessidades” dos países dadores. O que não se afigura difícil num contexto de experiência com a gestão de fluxos de ajuda ao desenvolvimento contínuos, e na sustentação de um discurso miserabilista que salienta os handicaps ao desenvolvimento e o seu papel na linha da frente das alterações climáticas!

O problema com os projetos de elevado valor simbólico é que correspondem mais aos interesses dos financiadores (e das elites nos SIDS) do que às necessidades das populações locais. De facto, um projeto de média dimensão, num território geograficamente delimitado, beneficia de um efeito multiplicador (em termos dos

benefícios e percentagem da população positivamente afetada), o que cria uma aura de eficácia. O carácter confinado e excecional das ilhas, permite por outro lado externalizar e/ou obscurecer fatores e circunstâncias que tornariam a análise dos impactos mais complexa, o que também favorece a construção de uma imagem de sucesso.

E no entanto, a evolução dos SIDS tem sido notável a todos os títulos. Falta saber se a mesma teria sido idêntica num cenário de falta de apoios financeiros.

Quadro 4a: Índice de Desenvolvimento Humano - evolução 1990-2022

HDI rank	Country	Human Development Index (HDI)								Ch. HDI rank	Average annual HDI growth			
		Value								2015-2022	(%)			
		1990	2000	2010	2015	2019	2020	2021	2022		1990-2000	2000-2010	2010-2022	1990-2022
VERY HIGH HUMAN DEVELOPMENT														
3	Iceland	0,834	0,895	0,927	0,948	0,958	0,955	0,957	0,959	0	0,71	0,35	0,28	0,44
9	Singapore	0,780	0,863	0,921	0,935	0,945	0,942	0,942	0,949	-1	1,02	0,65	0,25	0,61
25	Malta	0,726	0,779	0,862	0,887	0,905	0,901	0,912	0,915	3	0,71	1,02	0,50	0,73
29	Cyprus	0,733	0,797	0,859	0,874	0,901	0,900	0,901	0,907	3	0,84	0,75	0,45	0,67
42	Portugal	0,703	0,793	0,831	0,850	0,864	0,861	0,865	0,874	0	1,21	0,47	0,42	0,68
51	Saint Kitts and Nevis	0,790	0,829	0,838	0,832	0,832	0,838	-2	0,49	..
54	Antigua and Barbuda	0,808	0,818	0,831	0,820	0,819	0,826	1	0,18	..
57	Bahamas	0,760	0,788	0,800	0,807	0,802	0,798	0,799	0,820	3	0,36	0,15	0,21	0,24
60	Trinidad and Tobago	0,656	0,708	0,785	0,812	0,813	0,815	0,804	0,814	-3	0,77	1,04	0,30	0,68
62	Barbados	0,728	0,760	0,792	0,798	0,806	0,803	0,803	0,809	2	0,43	0,41	0,18	0,33
67	Seychelles	..	0,755	0,774	0,797	0,808	0,799	0,795	0,802	-1	..	0,25	0,30	..
HIGH HUMAN DEVELOPMENT														
71	Palau	..	0,747	0,775	0,782	0,792	0,794	0,802	0,797	3	..	0,37	0,23	..
72	Mauritius	0,620	0,682	0,755	0,791	0,806	0,792	0,790	0,796	-1	0,96	1,02	0,44	0,78
73	Grenada	0,779	0,786	0,790	0,786	0,788	0,793	0	0,15	..
81	Saint Vincent and the Grenadines	..	0,691	0,756	0,777	0,789	0,785	0,773	0,772	-5	..	0,90	0,17	..
87	Maldives	..	0,635	0,692	0,728	0,753	0,737	0,753	0,762	13	..	0,86	0,81	..
97	Dominica	..	0,721	0,735	0,719	0,745	0,738	0,737	0,740	8	..	0,19	0,06	..
98	Tonga	0,640	0,679	0,709	0,723	0,740	0,742	0,738	0,739	5	0,59	0,43	0,35	0,45
102	Marshall Islands	0,688	0,722	0,727	0,729	0,731	17
104	Fiji	0,630	0,669	0,699	0,716	0,730	0,722	0,715	0,729	2	0,60	0,44	0,35	0,46
108	Saint Lucia	0,666	0,692	0,731	0,736	0,733	0,724	0,717	0,725	-10	0,38	0,55	-0,07	0,27
115	Jamaica	0,664	0,657	0,711	0,712	0,712	0,707	0,704	0,706	-7	-0,11	0,79	-0,06	0,19
116	Samoa	..	0,672	0,704	0,710	0,712	0,712	0,708	0,702	-7	..	0,47	-0,02	..
MEDIUM HUMAN DEVELOPMENT														
122	Nauru	0,559	0,642	0,680	0,689	0,693	0,696	9	1,84	..
131	Cabo Verde	..	0,590	0,649	0,658	0,667	0,649	0,650	0,661	-7	..	0,96	0,15	..
132	Tuvalu	0,564	0,599	0,623	0,656	0,654	0,655	0,653	0,653	-7	0,60	0,39	0,39	0,46
135	Micronesia	..	0,637	0,644	0,642	0,640	0,636	0,634	0,634	-4	..	0,11	-0,13	..
137	Kiribati	..	0,547	0,584	0,625	0,636	0,629	0,627	0,628	-2	..	0,66	0,61	..
140	Vanuatu	0,578	0,592	0,614	0,612	0,614	0,614	4	0,50	..
141	Sao Tome and Principe	0,480	0,498	0,553	0,595	0,608	0,609	0,609	0,613	2	0,37	1,05	0,86	0,77
152	Comoros	..	0,458	0,524	0,556	0,584	0,588	0,585	0,586	3	..	1,36	0,94	..
155	Timor-Leste	..	0,495	0,639	0,621	0,627	0,633	0,574	0,566	-18	..	2,59	-1,01	..
156	Solomon Islands	..	0,488	0,553	0,562	0,568	0,566	0,564	0,562	-4	..	1,26	0,13	..
LOW HUMAN DEVELOPMENT														

Quadro 4b: Índice de Desenvolvimento Humano - evolução 1990-2022

Country	(HDI)								HDI	Average annual HDI growth			
	1990	2000	2010	2015	2019	2020	2021	2022	2015-2022	1990-2000	2000-2010	2010-2022	1990-2022
Human development groups													
Very high human development	0,785	0,828	0,870	0,889	0,901	0,895	0,896	0,902	—	0,53	0,50	0,30	0,44
High human development	0,560	0,626	0,703	0,736	0,760	0,759	0,760	0,764	—	1,12	1,17	0,70	0,98
Medium human development	0,443	0,497	0,574	0,615	0,635	0,634	0,630	0,640	—	1,16	1,45	0,91	1,16
Low human development	0,354	0,398	0,473	0,501	0,516	0,515	0,515	0,517	—	1,18	1,74	0,74	1,19
Developing countries	0,513	0,569	0,639	0,672	0,691	0,689	0,688	0,694	—	1,04	1,17	0,69	0,95
Regions													
Arab States	0,550	0,615	0,672	0,691	0,709	0,704	0,704	0,704	—	1,12	0,89	0,39	0,77
East Asia and the Pacific	0,507	0,594	0,689	0,728	0,757	0,760	0,761	0,766	—	1,60	1,49	0,89	1,30
Europe and Central Asia	0,663	0,680	0,746	0,782	0,802	0,792	0,797	0,802	—	0,25	0,93	0,61	0,60
Latin America and the Caribbean	0,637	0,686	0,735	0,758	0,768	0,755	0,754	0,763	—	0,74	0,69	0,31	0,57
South Asia	0,444	0,500	0,574	0,616	0,635	0,635	0,631	0,641	—	1,19	1,39	0,92	1,15
Sub-Saharan Africa	0,404	0,429	0,502	0,533	0,549	0,547	0,546	0,549	—	0,60	1,58	0,75	0,96
LDC	0,354	0,408	0,487	0,518	0,540	0,542	0,540	0,542	—	1,43	1,79	0,90	1,34
SIDS	0,605	0,650	0,694	0,721	0,731	0,727	0,722	0,730	—	0,72	0,66	0,42	0,59
OECD	0,796	0,842	0,878	0,894	0,905	0,897	0,899	0,906	—	0,56	0,42	0,26	0,41
World	0,601	0,645	0,698	0,724	0,739	0,736	0,735	0,739	—	0,71	0,79	0,48	0,65

3. A economia madeirense no contexto dos SIDS

A RAM constitui um exemplo padrão das características, desafios e oportunidades com que se confrontam os SIDS em geral. Um resumo e síntese da economia madeirense remete necessariamente para os seguintes aspetos, que se desenvolvem de seguida.

A economia regional corresponde a 2,28% (2021) do total nacional. O contributo da economia regional à volta dos 2,4% tem-se mantido estável nos últimos anos, embora a crise COVID tenha implica uma diminuição sensível do peso regional. Em termos de comparação podemos ainda referir que a RAM corresponde a 2,471% da população total portuguesa e a 0,87% da superfície do país. Em termos da evolução do PIB, a região registou 3 anos de crescimento negativo, com base nos dados do PIB a preços correntes, no período de 1995 a 2021. Ainda no que se refere ao mesmo período, a região registou um crescimento médio anual de 3,97%, superior à média nacional (3,44%), e apenas inferior à registada no Algarve (4,03%). Importa ter em conta que em 11 dos 25 anos em análise, a região registou uma taxa de crescimento do PIB inferior ao registado a nível nacional, assistindo-se a um abrandamento do ritmo de convergência na fase COVID.

Um dado a ter em conta refere-se ao peso da dívida regional face ao PIB. Dados relativos a 2021 mostram que a dívida pública regional atinge o montante de 5,009 mil milhões de euros (em 2022); o valor dívida de 2021 corresponde a 103,7% do PIB regional do mesmo

ano. Trata-se de um valor elevado, dado o valor registado de 55,9% em 2007. A dívida pública regional tem vindo a evoluir ao ritmo de 3.32 pontos percentuais ao ano.

Outro dado relevante no contexto da economia regional refere-se ao peso do setor público e do emprego público. Dados relativos ao emprego e referenciados a Junho de 2023, indicam um total de 20934 funcionários. O valor em causa relativo a Setembro de 2017 era de 19030 funcionários. Caso se considere relativamente a 2021 um total de ativos de 122,3 milhares, o peso do emprego público ronda os 16,46%, o que corresponde a um em cada seis empregados, valor equivalente ao computado para o setor do turismo, tendo em conta os dados da Conta Satélite de Turismo, relativa a 2019. Utilizando os dados publicados pela DRE, constantes do ficheiro “CONTAS REGIONAIS, BASE 2016, 1995-2021Po”, e relativos ao item “Administração pública e defesa; segurança social obrigatória”, constatamos que o peso do setor público (12,3%) corresponde ao dobro (6,0%) do registado a nível nacional, em 2021.

O setor do turismo assume uma importância assinalável no contexto regional. A RAM contribui com 8,92% (10.37% das unidades hoteleiras) dos alojamentos turísticos a nível nacional, segundo dados do Pordata relativos a 2022. O peso do setor impacta de sobremaneira o total do emprego. A RAM apresenta a segunda maior taxa de dependência face ao setor do turismo, dado que o peso do setor no total ronda os 12,83% (2020), apenas ultrapassado pelo Algarve, com 13,08%. Caso se considere o peso do setor do setor do alojamento e restauração, mais o peso do setor público, sobressai o grau de dependência da região face a estes dois setores, e, portanto, a vulnerabilidade da região a choques nestas duas áreas.

4-Conclusões

As regiões insulares têm tido a capacidade de encontrar soluções criativas e engenhosas, num mar de handicaps e limites ao desenvolvimento. A inserção das ilhas no processo de globalização capitalista sempre correspondeu aos interesses dos países mais desenvolvidos, quer no setor agrícola, quer no setor dos transportes ao servirem de hubs no sistema global de transportes. Refere Raoulx (1999, 267), que a integração das ilhas nas redes oceânicas globais constitui uma das marcas distintivas da realidade insular assim como o desenvolvimento de uma estrutura de acolhimento físico e mental, traduzido no desenvolvimento de uma psicossociologia de hospitalidade que levou ao desenvolvimento de uma ‘welcome society’, expressão utilizada por Husbands (1998), citado por Butler (2000), refletida na expansão do setor turístico.

O foco no controlo da narrativa na qualidade de editor, censor e administrador do site constitui mais um exemplo da criatividade e do explorar pragmático de “oportunidades” de desenvolvimento. Assim como a “aposta” financiada nas energias renováveis!

Bibliografia

- Armstrong W. (2004), 'The implications of increasing globalisation and regionalism for the economic growth of small island states', in *World Development*, Vol. 24, No. February 2004, pg. 111-123
- Baldacchino, G. (1993), Bursting the bubble: the pseudo development strategies of microstates. *Development and Change*, 24(1), 29–51
- Baldacchino, G., 2006. Managing the hinterland beyond: Two ideal-type strategies of economic development for small island territories. *Asia Pacific Viewpoint* 47 (1), 45–60.
- Baldacchino, G., (2008), Studying islands: on whose terms? Some epistemological and methodological challenges to the pursuit of island studies, *Island Studies Journal* 3 37–56
- Baldacchino, G., (2012), The lure of the island: a spatial analysis of power relations, *Journal of Marine and Island Cultures* 1 55–62
- Baldacchino, G., (2018a) Seizing history: Development and non-climate change in Small Island Developing States, *Int. J. Clim. Change Strategies Manage.* 10 (2), 217–228.
- Baldacchino, G. (Ed.) (2018b), *The International Handbook of Island Studies: A World of Islands*. Routledge, Abingdon.
- Baldacchino, G., Bertram, G., (2009) The beak of the finch: Insights into the economic development of small economies. *The Round Table* 98 (401), 141–160.
- Baldacchino, G., Kelman, I. (2014), Critiquing the pursuit of island sustainability: blue and green, with hardly a colour in between, *Shima* 8 1–21
- Bassett, I., Cook, J., Buchanan, F., Russell, J.C., (2016),. Treasure islands: biosecurity in the Hauraki Gulf marine park. *New Zealand Journal of Ecology*, 40 (2), 250–266.
- Bates, S., Angeon, V., (2015), Promoting the sustainable development of small island developing states: Insights from vulnerability and resilience analysis. *Région et Développement* 42, 16–29.
- Bertram, G., 2006. Introduction: The MIRAB model in the twenty-first century. *Asia Pacific Viewpoint* 47 (1), 1–13.
- Bertram, G., 1999. The MIRAB model twelve years on. *Contemporary Pacific* 11 (1), 105–138.
- Bertram, G., Watters, R.F., (1986), The MIRAB process: Earlier analyses in context. *Pacific Viewpoint* 27 (1), 47–59.
- Carlsen, J., (2015) Island tourism: Systems modelling for sustainability. In: *The practice of sustainable tourism*. Routledge, Abingdon, pp. 105–116.
- Copus, A. (2001), From Core-Periphery to Polycentric development: concepts of spatial and spatial periphery, in *European Planning Studies*, Vol. 9. N0. 4, pp. 539-552
- Copus, A. K., Crabtree, J. R., (1996), Indicators of socio-economic sustainability: an application to remote rural Scotland, in *Journal of Rural Studies*, Vol. 12, No. 1, pp. 41-54

- Copus, A., Shuras, D. (2006), Business networks and innovation in selected lagging areas of the European Union: a spatial perspective, in *European Planning Studies*, Vol. 14, No. 1, January 2006, pp. 70-93
- Easterly, W., Kraay, A., (2000), Small states, small problems? Income, growth, and volatility in small states. *World Dev.* 28 (11), 2013–2027.
- European Commission, (2004), Annex to the communication from the Commission on a stronger partnership strengthened for the outermost regions: assessment and prospects, SEC(2004) 1030
- Gillis, J., (2007), Island sojourns, *Geographical Review* 97 274–87
- Greenhough, B., (2006) Tales of an island-laboratory: Defining the field in geography and science studies. *Trans. Inst. Brit. Geogr.* 31 (2), 224–237.
- Grydehøj, A., 2018. Decolonising the economy in micropolities: Rents, government spending and infrastructure development in Kalaallit Nunaat (Greenland). *Small States Territories* 1 (1), 69–94.
- Grydehøj, A. and Kelman, I. (2017), The eco-island trap: climate change mitigation and conspicuous sustainability, *Area*, 49: 106-113. <https://doi.org/10.1111/area.12300>
- Grydehøj, A., Kelman, I., (2020), Reflections on conspicuous sustainability: Creating Small Island Dependent States (SIDS) through Ostentatious Development Assistance (ODA)?, *Geoforum* 116 (2020) 90–97
- Hampton, M., Christensen J. (2002), Offshore Pariahs? Small Island Economies, Tax Havens, and the Re configuration of Global Finance, *World Development*, 30, 9, pp. 1657–1673
- Isméri Europe (2011a), Factores de crescimento nas Regiões Ultraperiféricas, Sumário Executivo, CONTRATO N° 2009.CE.16.0.AT.101, <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/4cfb9a27-56e9-4248-946e-6b42ce339d41>
- Isméri Europa (2011b), Growth Factors in the Outermost Regions, Final report - Vol. II, https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/studies/rup_growth/rup_growth_vol2_en.pdf
- Lea, J., (1988), *Tourism and Development in the Third World*, London: Routledge
- Lewis, J., (1999), *Development in Disaster-Prone Places: Studies of Vulnerability*. Intermediate Technology Publications, London.
- Lewis, J., (2009); An island characteristic: Derivative vulnerabilities to indigenous and exogenous hazards. *Shima* 3 (1), 3–15
- King, R., (1993), The geographical fascination of islands in Lockhart D G, Drakakis-Smith D and Schembri J eds *The development process in small island states* Routledge, London 13–27
- Malatesta, S., di Friedberg, M.S., 2017. Environmental policy and climate change vulnerability in the Maldives: From the ‘lexicon of risk’ to social response to change. *Island Stud. J.* 12 (1), 53–70
- Overton, J., Murray, W.E., McGregor, A., 2013. Geographies of aid: a critical research agenda. *Geography Compass* 7 (2), 116–127.
- Petridis, P., Fischer-Kowalski, M., Singh, S.J., Noll, D., 2017. The role of science in sustainability transitions: citizen science, transformative research, and experiences from Samothraki Island, Greece. *Island Stud. J.* 12 (1), 115–134
- Petzold, J., Ratter, B.M., (2019), More than just SIDS: local solutions for global problems on small islands. *Island Studies Journal*, 14 (1), 3–8.
- Philpot, D., Gray T., Stead S., (2015), Seychelles, a vulnerable or resilient SIDS? A local perspective, *Island Studies Journal* 10 31–48
- Poirine, B., (1998), Should we hate or love MIRAB? *Contemp. Pacific* 10 (1), 65–105.
- Pugh, J., (2018), Relationality and island studies in the Anthropocene. *Island Stud. J.* 13

(1), 93–110.

Sharpley, R. (2003), Tourism, modernisation and development on the Island of Cyprus. Challenges and policy responses, in *Journal of Sustainable Tourism*, Vol. 11, No. 2&3, 2003, pp. 246-265

Raoulx, B. (1999), From the Faroes to Falklands. A comparative analysis of Atlantic Islands Societies, in *Insularity and development, International perspectives on islands*, Edited by Emilio Biagini and Lino Briguglio, Published by Pinter

Takahashi, K. (2019), Tourism demand and migration nexus in Small Island Developing States (SIDS): Applying the tourism demand model in the Pacific region. *Island Studies Journal*, 14 (1), 163–174

Tisdell, C. (2014) "The MIRAB Model of Small Island Economies in the Pacific and their Security Issues: Revised Version," *Social Economics, Policy and Development Working Papers 165087*, University of Queensland, School of Economics.

Unites Nations (2024), Office of the High Representative for the Least Developed Countries, Landlocked Developing Countries and Small Island Developing States, <https://www.un.org/ohrlls/>

ⁱ Abaixo links de interesse:

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/rup_growth/rup_growth_sum_en.pdf

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/rup_growth/rup_growth_vol1_en.pdf

https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docgener/studies/pdf/rup_growth/rup_growth_vol2_en.pdf